

RESOLUTIVIDADE PELO DIÁLOGO

O Núcleo Permanente de Autocomposição – Mediar-MPRS – tem como missão gerar soluções dialogadas para os problemas, conflitos e controvérsias trazidos ao Ministério Público, valendo-se de técnicas de comunicação, de negociação, de mediação e comportamentais, norteadas pela resolutividade, buscando soluções ágeis, econômicas, implementáveis e com impacto social.

Em 2024, foram finalizados, no âmbito do Mediar, 23 casos por meio da autocomposição, com utilização, em média, de sete reuniões e cerca de 10 horas até a solução de cada um. Dessa forma, considerando que tramitam 78 casos, mais de 29% deles foram solucionados por meio da autocomposição. Entre os assuntos tratados, destacam-se os na área da saúde (15), patrimônio público (12), educação (10), além

de urbanismo, direitos humanos, ambiental, infância e juventude, criminal, constitucional, consumidor, improbidade e patrimônio histórico.

Ainda, um dos pilares da atuação é a capacitação em ação para o tratamento adequado de conflitos e problemas. Foram capacitados, em 2024, incluindo a atuação na catástrofe socioambiental de maio, 195 promotores e 23 procuradores de Justiça, que representam 29,3% dos integrantes do MPRS.

0
A E
B
06/03/24
eurociência



ENCHENTES NO VALE DO TAQUARI

Após a primeira enchente que atingiu a cidade de Lajeado em setembro de 2023, a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (Fuvates) disponibilizou espaço físico da Univates para acolher em torno de 950 alunos do Colégio Estadual Castelo Branco, a maior escola pública do Vale do Taquari. Com a crise climática que assolou o

Estado em maio de 2024, o período de acolhimento teve de ser prolongado, havendo a necessidade de auxílio para a retomada do espaço para as suas atividades acadêmicas. Após a realização de 10 encontros, entre agosto e dezembro de 2024, com cerca de 12 horas de negociação, obtiveram-se consensos que culminaram na resolução da situação, inclusive quanto à reforma da escola.

**195 promotores e
23 procuradores
foram capacitados em 2024 para
mediação de conflitos**

Autocomposição garantiu serviço de pronto-atendimento e saúde mental

HOSPITAL DE VIAMÃO

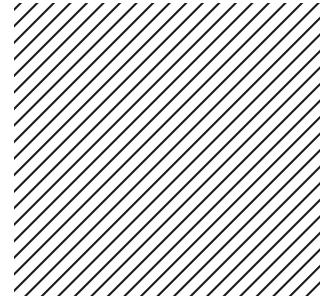
Diante da notícia de que o Hospital de Viamão encerraria a prestação de serviço de pronto atendimento e de saúde mental, foram iniciadas as tratativas autocompositivas, que envolveram o Instituto de Cardiologia, o Município de Viamão e o Estado do Rio Grande do Sul. Considerando que durante as tratativas o Instituto de Cardiologia estava em recuperação judicial, também foram agregados à negociação os administradores judiciais,

com a concordância da Justiça.

Nos 11 encontros realizados entre fevereiro e maio de 2024, em que foram firmados consensos instrumentais e acordo parcial, viabilizou-se, em 16 horas de reunião, a solução do problema de hospital de grande relevância para o atendimento ao público na Região Metropolitana, com a compra do estabelecimento pelo Município de Viamão, em parceria com o Estado do Rio Grande do Sul.



ATUAÇÃO NA CATÁSTROFE SOCIOAMBIENTAL



No ano de 2024, além das atividades relacionadas com autocomposição em casos específicos, o Mediar-MPRS, diante da crise socioambiental de maio de 2024, colocou-se como elo de apoio ao procurador-geral de Justiça, ao Gabinete de Gestão da Crise do MPRS, à Administração Superior e aos integrantes da instituição, para facilitar diálogos, ajudar a organizar equipes de trabalho, fomentar a comunicação, mediar conflitos internos e externos, auxiliar na tomada de decisão etc.

Concomitantemente, o Mediar-MPRS auxiliou na concepção e coordenação do Projeto Abrigos, instituído para o acolhimento das vítimas da catástrofe socioambiental, o qual estruturou-se por meio de equipes compostas por promotores, procuradores de Justiça, servidores voluntários e

policiais, que foram a campo para acolher e coletar as necessidades dos abrigos e dos abrigados, com o gerenciamento e encaminhamento das soluções das demandas. O MEDIAR colaborou na preparação diária das equipes, por meio de diálogos e negociações intra e interinstitucionais, inclusive no acolhimento após as visitas.

Ao todo, envolveram-se nas equipes de visita 110 promotores e procuradores de Justiça, 121 servidores e 76 policiais adidos, e, na coordenação, 23 promotores e procuradores de Justiça e 13 servidores. Compuseram a organização do projeto, além do Gabinete de Crise e do Mediar, o GAECO, o NIMP, a Subprocuradoria-Geral para Assuntos Jurídicos, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e todos os coordenadores de Centros de Apoio Operacional.

O MEDIAR também conduziu mediações em abrigos, seja visando a sua desmobilização, seja para o manejo de conflitos lá surgidos.

No ano de 2024, o Núcleo, além das atividades relacionadas com autocomposição em casos específicos, iniciou um trabalho interno voltado para as relações intrainstitucionais, com apoio ao Programa de Pertencimento, Resolutividade e Autocomposição Administrativa do MPRS – Pertence.

**MEDIAR
auxiliou na
concepção e
coordenação do
Projeto
Abrigos, atuando
em conflitos
internos e externos**

PENITENCIÁRIA MODULADA DE URUGUAIANA

A mediação surgiu em razão de ação civil pública que tratava do aumento de efetivo de policiais penais nas casas prisionais de Uruguaiana. Após reuniões iniciais e tratativas que se estenderam do ano de 2020 até 2024, resultando, após duas sessões de mediação, em acordo com o Estado, homologado judicialmente, foi ajustado que a Penitenciária Modulada Estadual de Uruguaiana e o Instituto Penal de Uruguaiana passariam a contar com novos policiais penais, inclusive administrativos e técnicos.